



BOMBEIROS sobrevoaram região onde houve deslocamento de lama, entre as barragens de Fundão e Santarém. Estruturas fazem parte do complexo de Germano, em Mariana, Minas Gerais

LAMA NO RIO DOCE

Novo deslizamento em barragem

Por causa das chuvas, lama da barragem de Fundão, em Mariana, se deslocou. Samarco acionou estado de alerta

Daniel Figueredo
Nilo Tardin

A barragem de Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana, Minas Gerais, teve um novo deslizamento de materiais na tarde de ontem. Os materiais não atingiram o Rio Doce e ficaram dentro da área da empresa, entre as barragens de Fundão e

Santarém. Estado de alerta foi acionado pela empresa.

Segundo informações da Defesa Civil de Minas Gerais, o deslizamento foi causado por parte dos rejeitos que saíram da barragem no rompimento ocorrido em 5 de novembro – tragédia que causou a morte de 17 pessoas, deixou duas desaparecidas, e lançou mais de 50 bilhões de litros de lama no Rio Doce e atingiu a foz, em Regência, no fim de novembro.

Segundo o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, obras estavam sendo realizadas em um dique de contenção, para evitar que mais lama caísse no Rio Doce.

“Como está chovendo muito na região, houve um deslizamento desse rejeito que já havia sido mo-

vimentado. Foi uma réplica sem gravidade e sem rompimento do barramento”, afirmou o tenente Leonard Farah.

Por causa do deslizamento, a Samarco teve de retirar cerca de 150 funcionários que trabalhavam no local e um alerta foi acionado, mas sem o uso de sirenes.

O estado de alerta acionado foi o amarelo, que segundo portaria do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), é classificado quando há anomalias classificadas como risco de barragem de mineração ou quando há qualquer outra situação com potencial de comprometimento da estrutura.

O DNPM foi acionado pela Samarco e aguarda um relatório da empresa sobre o incidente.

LIMPEZA

A hidrelétrica de Candonga, a 120 km da barragem que se rompeu, reteve 30% dos rejeitos de mineração que caíram no Rio Doce.

Relatório da consultoria em engenharia e hidrologia Potamos aponta que a única forma de retirar o material é por dragagem. Apenas a retirada da lama demoraria mais de um ano, desde que a operação e a taxa de produção fossem constantes e ininterruptas.

Análise contratada pela Aliança, sociedade entre Cemig e Vale responsável pelo empreendimento, apontou “uma situação de assoreamento quase total do volume morto do reservatório, até o limite das entradas dos dispositivos de descarga”.

“Estruturas estáveis”

A Samarco informou que, de forma preventiva e seguindo seu plano de emergência, os empregados que atuam próximo à área foram orientados a deixar o local. Não houve a necessidade de acionamento de sirene. As defesas civis de Mariana e Barra Longa foram devidamente informadas, segundo a mineradora.

A empresa ressaltou que o volume deslocado permanece entre a barragem de Fundão e Santarém, na área da Samarco. E reafirma ainda que as barragens de Germano e Santarém permanecem estáveis com base no contínuo monitoramento.

ENTENDA O CASO

Em novembro, 17 mortos em tragédia

Rompimento

> A BARRAGEM DE FUNDÃO, em Mariana, Minas Gerais, se rompeu em 5 de novembro de 2015. Na tragédia, 17 pessoas morreram e duas ficaram desaparecidas.

> NO ROMPIMENTO, foram lançados cerca de 50 bilhões de litros de rejeitos de mineração.

> A LAMA DE REJEITOS atingiu o Rio Doce, causou estragos, matando peixes em uma grande extensão do rio. Ela chegou à foz do Rio Doce, em Regência, Linhares, no fim de novembro. Porém, até hoje, o mar na região continua sendo afetado pela lama.

Novo deslizamento

> UM NOVO DESLIZAMENTO ocorreu ontem na barragem de Fundão. Os sedimentos que se deslocaram eram

rejeitos do rompimento ocorrido em novembro. O deslizamento ocorreu entre as barragens de Fundão e Santarém, na área da Samarco.

Abastecimento

> POR CAUSA DO ROMPIMENTO, cidades como Governador Valadares e Galileia, em Minas Gerais, e Colatina, no Espírito Santo, tiveram o abastecimento suspenso. O abastecimento só retornou após o uso de acácia-negra, um polímero floculante para decantar a lama no mar.

> A SAMARCO também foi obrigada a distribuir água mineral para os moradores de cidades afetadas. A distribuição, que havia sido encerrada no último domingo em Colatina, deverá retornar em até cinco dias, por força de determinação judicial.



LAMA de rejeitos de minério

Promotor pede R\$ 2 bilhões de indenização

O promotor de Justiça Marcelo Volpato ingressou com ação de danos morais coletivos contra a Samarco e suas controladoras – Vale e BHP Billiton – pedindo indenização de R\$ 2 bilhões por causa do desastre no Rio Doce.

“Não há como individualizar o dano pela perda de utilidade do Rio Doce. Calculamos o valor da indenização com base no número de habitantes de Colatina. São 122 mil habitantes e a indenização é de 40 salários mínimos (R\$ 35.200) para cada um”, explicou Volpato.

Segundo ele, a indenização seria utilizada para a recuperação do rio e foi feito pedido para que R\$ 2 bilhões sejam bloqueados antes do julgamento, para garantir o pagamento da indenização por danos



RIO DOCE em Colatina: desastre

morais coletivos.

Até o fim da noite de ontem, no entanto, o pedido liminar de bloqueio dos bens da Samarco não havia sido julgado pelo magistrado.

Cidades

LAMA NO RIO DOCE

“Desastre está em fase crônica”

O desastre ambiental no Rio Doce ainda está em curso, mesmo 84 dias depois do rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana, Minas Gerais.

Segundo o secretário de Meio Ambiente do Espírito Santo, Rodrigo Júdice, rejeitos de mineração ainda estão ao longo das margens em Minas Gerais e depositados no fundo do Rio Doce.

“O desastre está em fase crônica, à medida que ainda se tem sedimentos sendo carregados para o rio. A turbidez não está no estado normal, então, ainda não é um desastre que terminou.”

Segundo ele, o entendimento do desastre completo só poderá ser medido quando novos rejeitos deixarem de chegar ao rio. “Não é só o aspecto visual, temos os plânctons, fitoplânctons, são danos que ainda não temos diagnóstico”, afirmou.

Júdice disse que hoje será realizada mais uma reunião do governo federal e dos governos dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais para selar acordo de recuperação da bacia hidrográfica do Rio Doce. O acordo está estimado em cerca de R\$ 20 bilhões.

“Não vamos tratar só da recuperação do dano, da ideia de cau-

sa e efeito. O acordo envolve medidas de compensação pelo dano causado. A Samarco vai ter de entregar o rio melhor do que ele estava antes do desastre.”

Dentre as medidas que foram pontuadas pelo secretário como necessárias nessa compensação está a recuperação das margens do Rio Doce; melhorias nas nascentes da bacia hidrográfica; recuperação dos afluentes; reflorestamento e outras. “Também há questões de qualidade da água, com tratamento de esgoto, e o repovoamento das espécies do rio.”

ANTONIO MOREIRA - 10/12/2015



JÚDICE: acordo de recuperação

HAULEY VALIM



MAR em Regência, onde fica a foz do Rio Doce, ainda é afetado pela lama

Justiça manda Samarco voltar a distribuir água

A distribuição de água mineral pela Samarco voltará a ser feita em Colatina, Noroeste do Estado. A decisão foi tomada ontem pela Justiça Federal, que determinou que a mineradora forneça dois litros por habitante no prazo de cinco dias.

A Justiça acatou o argumento da ação impetrada pela força-tarefa formada pelos Ministérios Públicos Federal (MPF-ES), do Trabalho (MPT-ES) e Estadual (MP-ES), segundo informações a assessoria do MPF-ES.

Pela sentença divulgada ontem, a água mineral será entregue em 60 pontos espalhados pela cidade. A pena para o descumprimento da ordem é de R\$ 1 mi-

lhão por dia.

A força-tarefa divulgou que continua a adoção de todas as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias para assegurar a distribuição de água mineral em Colatina. Protestos e prisões por causa do fim da entrega da água mineral ocorreram no município na última terça-feira.

A Samarco informou que ainda não foi oficialmente notificada dos termos da decisão, mas já está ciente da determinação da retomada do fornecimento de água mineral em Colatina no prazo de cinco dias. A decisão é passível de recurso e a empresa está estudando a viabilidade disso com o seu departamento jurídico.